



VII Congresso **CONSAD**
de Gestão Pública

Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Brasília/DF – 25, 26 e 27 de março de 2014

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

SANDSON BARBOSA AZEVEDO



A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS

Sandson Barbosa Azevedo

RESUMO

Desde a constituição cidadã de 1988 o governo passou a buscar mecanismo de ampliação da participação. Nos diversos segmentos e esferas da gestão pública os gestores se depararam no desafio de proporem mecanismos que evidenciasse uma maior transparência, a “*accountability*” ou simplesmente uma forma de cumprir o papel constitucional. Ao se pensar nesses mecanismos, as redes sociais se sobressaem pelo custo e pela amplitude, mas até que ponto as redes sociais contribuem para a construção da democracia? O presente trabalho tem como objetivo verificar se os integrantes do Observatório Participativo da Juventude – PARTICIPATÓRIO entendem que sua participação contribui para tomada de decisões. O Participatório é um espaço virtual de interação, com o intuito de produzir conhecimento sobre/para a juventude nacional, com participação e mobilização social. Através de depoimentos espontâneos colhidos pelos participantes da comunidade criada para discutir o debate e de análises qualitativas, fica evidenciado o grau de participação que os membros identificam que possui.

Palavras chave: Conflito. Prevenção. Estratégia.



1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre participação e protagonismo juvenil. O aumento dessa discussão no Brasil se dá de forma mais institucionalizada com o surgimento da constituição cidadã de 1988, boa parte devido aos organismos internacionais pressionarem os legisladores para que fosse possível o repasse de recursos. Dessa forma, o governo criou mecanismos legais que corroboraram para o aumento da participação da sociedade civil.

A participação social é uma ferramenta importante para o controle das ações governamentais, para a transparência e para que os anseios da população possam ser atendidos de forma mais próxima da realidade. Seja pela questão da “*accountability*” ou simplesmente uma forma de cumprir o papel constitucional, nos deparamos cada vez mais com o estímulo a essa participação ou mesmo informes de que acontece.

O trabalho apresenta um descritivo cronológico da política nacional da juventude, onde se insere o participatório, permeando questões sobre participação e protagonismo juvenil para evidenciar até que ponto as redes sociais contribuem para a construção da democracia? Com isso demonstrar que as redes sociais contribuem para a construção da democracia por ser um espaço aberto e de interação social, transpassando pela temática da participação e política.

Essas questões foram respondidas através da análise dos discursos dos membros que participam do Observatório, que está estruturado em comunidades sobre as mais diversas temáticas. Tomou-se o cuidado de realizar uma análise de conteúdo dirigida a temática em comunidades especificadas no assunto.

2 MARCOS DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE

Conforme o site da SNJ - Secretaria Nacional da Juventude¹, a política tem como início a criação da Secretaria em 2004 e instituída em 2005 com o surgimento do PROJOVEM.

¹ <http://www.juventude.gov.br/>



ANO	EVENTO
2005	Lançamento do Projovem
2007	Lançamento do Projovem Integrado
2007	Brasil sedia 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no RJ
2008	1ª Conferência Nacional de Juventude
2008	1º Pacto pela Juventude
2008	Brasil sedia 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2009	Brasil sedia 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude
2010	Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ
2010	2º Pacto pela Juventude
2010	Aprovada a PEC da Juventude
2010	Ano Internacional da Juventude
2010	Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe
2010	1ª Conferência Mundial de Juventude realizada no México
2010	1ª Mostra do Projovem Urbano
2010	Brasil passa a integrar a OIJ
2010	Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude
2011	Encontro de Alto Nível da ONU sobre a Juventude em Nova Iorque
2011	Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal
2011	2ª Conferência Nacional de Juventude
2013	Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal

Quadro 1: Marcos da política Nacional da Juventude

Fonte: dados extraídos da Secretaria nacional da Juventude.

O Programa Nacional de Jovens (Projovem), criado em, 2005 na mesma época da Secretaria Nacional de Juventude. O foco do programa eram jovens de 15 a 29, cuja finalidade era incluir os jovens no mercado de trabalho. Nesse momento vale salientar uma iniciativa de participação juvenil com a criação do Consórcio da Juventude. Farranha e Azevedo (2011) descrevem o Consórcio da Juventude como



uma forma embrionária de participação da juventude, embora em sua maioria representada por ONG e entidades civis, os jovens tinham espaços para debater e de certa forma a Sociedade Civil, na qual os jovens estavam incluídos, participou de forma ativa na proposição e implementação de uma política pública. Os autores finalizam da seguinte forma:

O Consórcio Nacional da Juventude é uma experiência de concepção de política pública tendo como principal protagonista a sociedade civil, entendendo-se como sociedade civil o terceiro setor. Pode-se, assim, concluir que o Consórcio da Juventude não deixa de ser uma tentativa de atender à demanda da sociedade civil. Uma tentativa válida, mas que não se consolidou ainda no encontro participativo, embora se aproxime dessa realidade. O modelo que vingou foi inovador dentro das políticas públicas para juventude. A preocupação com o protagonismo juvenil resultou, em 2008, na I Conferência Nacional da Juventude, fórum no qual os jovens puderam colocar suas opiniões, manter suas posições e discutir políticas públicas. A participação da sociedade civil tende a aumentar, sendo necessário que os atores estejam preparados para assumir seus papéis com responsabilidade, e os gestores possibilitem melhor operacionalização dos processos e dos papéis conferidos aos atores envolvidos, criando, assim, maior comprometimento, eficiência, eficácia e efetividade da política pública. (FARRANHA e AZEVEDO, 2011)

A I Conferência Nacional da Juventude contou com mais de 400.00 participantes, ela foi estruturada e segmentada por municípios, posteriormente nos Estados e finalmente a nível nacional, onde os jovens podiam participar, discutir e expor suas ideias e demandas. O evento findou com a aprovação de 70 resoluções, das quais foram estabelecidas as 22 prioridades da Política Nacional de Juventude. Nessas 22 prioridades duas são relativas a Política e participação:

- 10 - Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por Órgãos de Juventude (Secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do Governo, com dotação orçamentária específica; Conselhos de Juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; Fundos Nacional, estaduais e municipais de Juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas de projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.



- 13 - Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da Juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial e garantindo a paridade de gênero; Mudança na faixa-etária da elegibilidade garantindo como idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais e 27 anos para senador, governador e presidente da República.

Diversos eventos aconteceram entre 2008 e 2011, data da II Conferência Nacional da Juventude. A ONU em 2010 declara o Ano Internacional da juventude e acontece a I Conferência Mundial da Juventude no México, onde o Brasil se fez presente com Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve).

Na II conferência Nacional da Juventude em suas moções finais do Eixo 5 – Participação consta:

- Moção contra a redução da maioria penal;
- Moção de repúdio a violência e o extermínio de jovens;
- Moção de apoio ao Movimento #OcupeBrasília;
- Moção pela redução da jornada de trabalho;

Vale salientar que outra reivindicação era pela aprovação do Estatuto da Juventude, aprovada pela Câmara Federal em 2011 e em 2013 pelo Senado, sendo sancionada a Lei O Estatuto da Juventude é o instrumento legal - Le 12.852/2013 – em 05 de agosto de 2013, que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes público.

Observa-se que o tema é recente se entendermos essa discussão de forma institucionalizada, porém grandes avanços já houveram, para entender melhor o participatório é imprescindível abordar a estrutura da SNJ



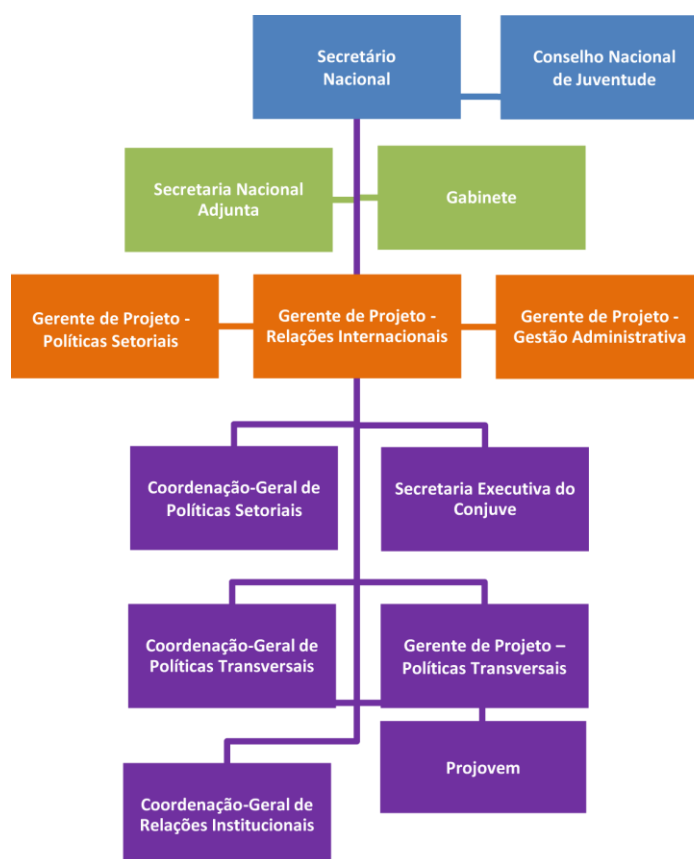


Figura 1: Organograma da SNJ

Fonte: extraído do site da SNJ

3 REDES SOCIAIS

O homem por sua natureza busca um convívio social e a formação de redes oriunda dos primórdios da humanidade, há uma necessidade de formação de grupos no sentido de pertencimento. As maiorias dos indivíduos participam de uma enormidade de grupos, de redes.

Com o avanço da tecnologia e as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação as redes e as relações sociais ganharam uma maior amplitude facilitada pelo uso da Internet, onde muitas vezes é possível interagir sem estar por exemplo no mesmo país.

Os jovens se apropriaram dessa ferramenta de forma muito expressiva e hoje é praticamente inviável em se pensar uma ação governamental sem se pensar em redes, isso fica claro em Santana (2007):



Destarte, as revoluções e transformações causadas pelo advento tecnológico, seja ele digital ou não, estruturam novas formas de vir a ser, pensar e produzir. A Galáxia de Gutemberg, como define McLuhan (1996), por exemplo, modificou a forma como a informação e o conhecimento eram disseminados pela Europa e pelo mundo, promovendo variações estruturais e culturais na sociedade. Revolução similar nas relações sociais ocorreu em função do surgimento das mídias, especialmente aqui, as digitais. Estas (interfaces e elementos tecnológicos), inseridas na sociedade contemporânea, têm modificado a maneira como os indivíduos se comunicam, se relacionam e, inclusive, aprendem. Estas mutações apresentam outros espaços e dinâmicas educacionais e sócio-culturais. Surgem salas de bate – papo, muitas vezes mais “interessantes” que as salas de aula, espaços sociais virtuais que aproximam, unem e servem de socialização de experiências e conhecimento; nasce uma linguagem híbrida de sinais e letras que “saltam” das janelas dos serviços de mensagens instantâneas e vão para os cadernos de adolescentes. Ou seja, existe uma alteração clara na maneira como as relações são construídas e/ou fortalecidas em virtude das potencialidades da TIC.

Santana demonstra o que é percebido hoje nas escolas, o interesse e a apropriação dos jovens da tecnologia e redes sociais. A dissociação das duas temáticas fugiria da realidade vivida da maioria dos jovens do planeta.

Acioli (2007) faz um levantamento de estudos discutindo rede social e teoria social, onde por meio de uma revisão bibliográfica e pensando nas possibilidades de análise utilizando a noção de rede, esboçou três possíveis abordagens inspiradas na leitura de Barnes, J. A. e Mitchell, J. Clyde. A abordagem metafórica; a analítica centrada na metodologia de análise de redes, e, a tecnológica. Nesse estudo entende-se que rede e informação trabalham de formas articuladas.

Baseado em Recuero (2009) podemos definir redes sociais

Como a interatividade de dois indivíduos, sejam eles pessoas, ou instituições, ou grupos e suas conexões. Assim:

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para estudar essas redes, no entanto, é preciso também estudar seus elementos e seus processos dinâmicos.

Estudar uma rede social é muito mais abrangente que mapear suas atividades, envolve uma análise profunda como se comportam os membros, quem são e a troca entre eles; qualidade, quantidade e conteúdo.



As redes sociais ultrapassaram o âmbito acadêmico/científico, conquistando e ganhando espaço em outras esferas. E podemos observar esse movimento chegando à Internet e conquistando cada vez mais adeptos, aglutinando pessoas com objetivos específicos, ou apenas pelo prazer de trazer à tona ou desenvolver uma rede de relacionamentos*. Isso é possibilitado por um *software* social que, com uma interface amigável, integra recursos além dos da tecnologia da informação. O uso desses recursos gera uma rede em que os membros convidam seus amigos, conhecidos, sócios, clientes, fornecedores e outras pessoas de seus contatos para participar de sua rede, desenvolvendo uma rede de contatos profissional e pessoal, que certamente terá pontos de contatos com outras redes. Enfim, são ambientes que possibilitam a formação de grupos de interesses que interagem por meio de relacionamentos comuns. (TOMAÉL et . al 2005)

As redes sociais na internet da forma que conhecemos hoje surgiu com a *classmatess.com* (colegas de classe em tradução livre). Sua proposta foi conectar e “reunir”, nas primeiras visões sobre conexão telesuportada, grupos de pessoas que se conheciam desde os anos de escola, do jardim de infância a faculdade. Esta rede social, muito popular nos anos 1990 nos EUA e Canadá, já teve mais de 50 milhões de usuários.

Depois dela o ambiente suportado pela web foi invadido, povoado e dominado por outras de maior eficiência e, no Brasil o Orkut, Youtube, Facebook e Twitter ganharam grande notoriedade entre os usuários nacionais – considerados entre os mais ativos do mundo, estando alguns deles em descenso.

4 GOVERNO X REDES SOCIAIS

Um dos princípios da administração pública entre outros é o princípio da publicidade instituída pela Constituição Federal de 1988 e a prestação de contas do uso de recursos públicos. Em 2000, na LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, o tema passa a ter uma conotação mais incisiva, principalmente a questão financeira.

As conseqüências dessas medidas são a alteração da configuração da gestão do Estado, que deixa de ser um Estado monolítico e essencialmente hierárquico – fundado nos procedimentos formais para constituir-se em uma gestão descentralizada e delegativa de funções. (Matias - Pereira, 2008)

As questões de transparência, fiscalização e controle não são inerente apenas a questões econômicas, e sim remete a todas as ações governamentais, que de uma forma ou de outra vão impactar em qualquer situação em questões



financeiras, mesmo quando essas decisões, ações ou articulações são predominantemente políticas. Vale lembrar que em 2009 o governo Obama adotou as diretrizes de governo aberto:

“The three principles of transparency, participation, and collaboration form the cornerstone of an open government. Transparency promotes accountability by providing the public with information about what the Government is doing. Participation allows members of the public to contribute ideas and expertise so that their government can make policies with the benefit of information that is widely dispersed in society. Collaboration improves the effectiveness of Government by encouraging partnerships and cooperation within the Federal Government, across levels of government, and between the Government and private institutions.” Open Government Directive: <http://1.usa.gov/arNG2A>.

No Brasil está ocorrendo uma ampliação dessa participação. “A participação política no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas” (AVRITZER, 2007)

Percebe-se um movimento de ambos os lados: governo e sociedade civil, na busca de uma ampliação da participação. Cada qual com suas razões, a do governo fica evidenciada abaixo:

No sistema político contemporâneo, a ocupação da internet pelo Estado vem criando maiores possibilidades de diálogo com a esfera civil, maior transparência sobre as ações da máquina estatal, maiores insumos para os processos de *accountability* e melhores canais de participação para o cidadão comum. Essas são algumas das frentes temáticas mais investigadas por análises e pesquisas empíricas, mobilizando diferentes linhas teóricas e sendo transversal a diferentes áreas de estudos. (SILVA, 2009)

Evidencia-se um afastamento entre a sociedade e governo característico das democracias liberais, nesse sentido essas ações vem ganhando força. Vale salientar que não é um problema de comunicação somente, vários fatores contribuem para esse afastamento, mas é válido que a comunicação entre os atores envolvidos contribuem para uma maior aproximação e participação.

As ações recentes no país demonstra que as redes sociais é uma das formas que as pessoas encontraram no Brasil de participar e muitas vezes essa participação se efetiva em protestos nas ruas. Nas redes sociais, organizacionais ou interpessoais estabelecem-se canais de relações entre diferentes elementos. Tais redes podem ser definidas, primeiramente, pela natureza de seus elementos



(pessoas, organizações, etc.), pela natureza dos canais de conexão; e pela natureza das transações que ocorrem em esses canais. Em segundo lugar, as redes podem ser caracterizadas pelo seu alcance, complexidade, estabilidade, homogeneidade e flexibilidade. Isso levaria a novas possibilidades de interação entre Estado e sociedade civil, cabendo a esta uma parcela, cada vez maior, de responsabilidade, seja no que se refere à elaboração e concepção das políticas, ou de sua gestão.

As inovações contribuíram muito para que ocorressem mudanças significativas nas interações do Governo com a sociedade, isso fica claro na fala de Silva (2009):

É possível afirmar que os modos em que o Estado produz, ordena, colhe e difunde informação sofreu alterações importantes após a popularização da internet, principalmente com a emergência dos sítios governamentais que estão catalisando um novo modo de prática comunicativa entre esfera governamental e esfera civil. Isso ocorre não apenas devido às mudanças materiais que o Estado vem sofrendo nas últimas décadas, no que se refere à modernização da máquina estatal que passou a utilizar de procedimentos e ferramentas (como computadores e bancos de dados digitais) em seus procedimentos internos, mas do ponto-de-vista da comunicação, a criação desta nova instância chamada “sítios governamentais” tem forçado o agente público a produzir e organizar e dispor informação de modo diferenciado. Neste sentido, a manutenção de um veículo *online* oficial tem significado inovações estruturais na comunicação praticada pelo Estado, sobretudo no que diz respeito ao trato dado à informação.

Silva ainda coloca quatro pontos que podem sintetizar tais inovações:

- Quanto ao ordenamento da informação;
- Quanto ao direcionamento da informação;
- Quanto ao emolduramento da informação;
- Quanto ao monitoramento da informação.

O primeiro tópico refere-se a como os dados produzidos pelo Estado são agrupados para serem transmitidos, é o que o autor chama de “empacotamento informativo” possibilitando abertura e transparência. O próximo tópico o autor denomina como “libertação do polo de emissão”, pois coloca o Estado não só como produtor mais principal difusor, não havendo necessariamente mediadores. O terceiro tópico refere-se a possibilidade de diferentes “molduras”, possibilitando em um mesmo canal diferentes formas de divulgação, como: som, audiovisual, ícones, imagens, escrita e possibilidades de interação com outros meios. O último tópico fala da capacidade de monitoramento da informação, possibilitando uma controle maior



do processo de comunicação. Através do monitoramento há a possibilidade da organização se adequar aos seus usuários, transformando assim o Estado em *Learning Organization*².

A perspectiva de que a rede descentraliza e ao mesmo tempo fragmenta, colocando como desafio uma nova articulação do Estado desde a perspectiva global até o nível local, é útil para o trabalho, pois auxilia a pensar qual o sentido da participação dos Ministérios selecionados nas redes sociais. Trata-se de um novo formato de interação com cidadão, proporcionando mais transparência, publicidade e democracia na gestão desse Estado. Cabe então o questionamento de como o governo lida com as redes sociais na web? Com relação a juventude o governo criou sua própria rede que será explicitado a seguir.

5 PARTICIPATÓRIO³

Conforme dados da própria plataforma “o Participatório é uma plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com capacidades de participação e de mobilização social” (SNJ, 2011).

O participatório é baseado nas redes sociais e tem como objetivo

- Promover a participação em ambientes virtuais;
- Mobilizar a juventude;
- Produzir e publicizar conhecimento em rede.

Dessa forma a SNJ busca uma ampliação da participação juvenil potencializando a interação entre os setores interessados. O Participatório surge como ideia em 2011 e no final de 2012 passa a funcionar de forma efetiva. O Participatório busca uma interação ativa com as principais redes utilizadas pelos jovens, Facebook e Twitter, permitindo que o usuário se cadastre por meio das mesmas. A plataforma conta principalmente com 5 estruturas:

² Para ver mais sobre isso ver CHADWICK, Andrew. Bringing E-Democracy Back In Why It Matters for Future Research on E-Governance. **Social Science Computer Review**, 2003. E SENGE, Peter, *The Fifth Discipline: The art and practice of the learning organization*, Doubleday, New York, 1990.

³ Para visualizar acesse: <http://participatorio.juventude.gov.br/>



- **Comunidades** - Espaço que agrega os conteúdos e seções e a partir dela os debates e os eventos são organizados e os perfis se encontram por afinidades.
- **Debates** - Espaço promoção de debates livres entre os Usuários. Qualquer usuário pode propor um debate e dar sua opinião nos debates criados.
- **Blog** - Voltado para o dimensão Observatório, seu objetivo é divulgar às últimas pesquisas e dados sobre os temas que estão sendo discutidos na rede. Esse espaço contém apenas postagens da Secretaria Nacional de Juventude.
- **Eventos** - Permite que qualquer Usuário agende e divulgue eventos e convide outros usuários para participar. Podem ser organizados eventos presenciais e/ou online.
- **Transmissão online** - As atividades promovidas pela SNJ e outras atividades promovidas por redes, observatórios e organizações juvenis serão transmitidas ao vivo, dentro da plataforma.

Hoje são mais de 9.000 membros espalhados em comunidades, e nas demais estruturas da ferramenta.

6 PARTICIPAÇÃO

Participação pode ser entendido como o processo de fazer parte, sentir dentro de algo que possa interagir, assim como descreve Avelar:

Participação é uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de **participatio, participationis, participatum**. Significa “tomar parte em”, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento. Entendida de forma sucinta é a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político. De modo amplo, “a participação é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, por tanto, os valores) de um sistema de interesses dominantes. (AVELAR,2007)



Para se fazer parte há de se ter possibilidade de tomar parte, pressuposto uma vontade do membro disso acontecer, não basta somente acesso, é necessário que se tenha mecanismos interação e compartilhamento que influenciem o poder decisório. A participação não pode ser confundida com a abertura, o acesso, senão vira um discurso vazio. A participação deve ser validada, deve ter o poder de influenciar um processo, deve ser no mínimo considerada. Esse pensamento fica claro em Carrano (2012)

Uma boa medida para aferir a qualidade de um processo de participação juvenil não se encontra em saber se os jovens podem ou não participar deste ou daquele processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões. Numa perspectiva funcionalista de elogio ao ajustamento pode-se dizer que a apatia política seria salutar por expressar potencialmente a estabilização da ordem social. Do ponto de vista democrático, contudo, a sociedade não pode ser encarada como um conjunto de regras permanentemente instituídas que devem ser seguidas pelas novas gerações, mas como cultura que se coloca em movimento pela interação entre os sujeitos que participam da vida social e são capazes de modificar as regras que herdaram das gerações precedentes.

A literatura é abrangente quando se trata de participação política, principalmente no que trata de uma baixa participação e que coloca a internet ou TIC's como a grande possibilidade de resolver esse problema. Baixa participação democrática é estabelecido baseado num ideal democrático das sociedades contemporâneas. O que deve ser considerado é o sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea devido a distância de um padrão de democracia considerado ideal. (GOMES, 2005)

Participação política tem sido conceituada como envolvendo ações "simples" (como votar em eleições) até ações, analíticas e conceitualmente, mais complexas e que são denominadas de não convencionais, ou seja, estão à margem das atividades socialmente aceitas (por exemplo, o uso da violência para alcançar determinados objetivos). Em anos recentes, tem se acrescentado a participação comunitária como dispositivo alternativo de pressão dos gestores públicos, tendo em vista a ineficácia do uso de modalidades de engajamento convencional e não convencional. (BAQUERO, 2012)



Diante do apontado acima, participação política é uma questão de interesse de várias esferas, inclusive da pública que vislumbra as redes sociais como uma forma de ampliar essa participação e contribuindo para ações mais efetivas de *accountability*.

7 PARTICIPATÓRIO X PARTICIPAÇÃO

A participação da juventude possui características próprias. Os jovens atuais foram cercados de informações negativas sobre política e ao mesmo tempo incentivados a participar de algo que não acredita. Mas outras dificuldades se fazem presente, o interesse, a cultura, as prioridades. As redes funcionam porque nela se encontram diversos indivíduos com o mesmo interesse, a associação parte dessa premissa. O grande celeuma é de como atrair os jovens para essa temática, visto que, os jovens principalmente dessa geração são muito imediatistas e na política, na construção democrática o processo é mais vagaroso. Trazer aos jovens uma responsabilização, cobrar atitudes que não vão gerar resultados espontâneos ou em curto prazo e conscientizar a juventude que isso faz parte de uma construção democrática não é fácil.

Devido a estrutura do Participatório possuir diversos meios de interação, os participantes navegam em um mar de possibilidades, dessa forma o estudo atentou-se a identificar trechos onde a participação ficou evidente e que pudesse contribuir com os objetivos do trabalho.

Vale salientar experiências regionais, como o caso do Rio Grande do Sul, no Observatório da PUCRS, Perondi (2013) relata sobre a participação dos jovens na pesquisa intitulada “Aspectos socioeconômicos, culturais e crenças dos jovens estudantes da PUCRS”, com jovens entre 16 e 29 anos:

Na fase quantitativa foi realizado um questionário online autoaplicável com 35 questões, preservando o anonimato dos participantes. Os estudantes foram sensibilizados em todas as turmas e aqueles que demonstraram interesse em participar, puderam acessar o instrumento no Laboratório de Informática da Unidade e/ou no seu computador particular. Também havia um manual de orientações com informações referentes ao processo de sensibilização e aplicação do instrumento. A participação foi surpreendente e contabilizou um total de 4.998 respostas, correspondendo a uma significativa amostra do computo geral de universitários de graduação (aproximadamente 25.000).



Essa experiência vem demonstrar a importância do Participatório na participação juvenil, o estudo que prevê uma fase quantitativa e outra qualitativa, atingiu um número expressivo de jovens que voluntariamente perceberam a necessidade e importância da questão.

A metodologia proposta de analisar enquete dos membros que participam do Observatório não se mostrou eficiente, devido ao caráter da ferramenta. Dessa forma, buscou-se entender como se dá a participação nas redes. Por intermédio de análise dos discursos e um estudo qualitativo das participações nas comunidades com a temática "participação".

Em dos debates no participatório questionou-se o que "Você entende que sua participação contribui para tomada de decisões? Você acredita que as redes sociais podem influenciar nas decisões do Governo? Observar-se na resposta de um dos membros das questões que eles percebem a o quão importante é o papel social no processo de tomada de decisões e os locais considerados de maior importância para uma participação mais efetiva.

"Com certeza, porque tenho consciência de meu papel nas instâncias decisórias da sociedade. É a partir das pautas da sociedade civil organizada que os gestores públicos direcionam suas ações em prol de tod@s."

"Até podem, em alguns casos, pois mostram o que os governantes precisam mudar ou realizar. Mas, nada é mais importante do que as pautas em instâncias decisórias, como os Conselhos em todas as esferas, Fóruns, etc, que servem como uma bússola para que nossos gestores se guiem nas ações."

Nas comunidades com a temática, evidenciou-se que os membros entendem a importância da participação e que espaços como o Participatório contribuem para o crescimento da democracia. Comunidades como "Política e Participação Social", cujo intuito é debater movimentos sociais, partidos, democracia representativa, participativa, institucional x não institucional, confirmam o que foi apresentado acima, comunidade que conta com 229 membros.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o participatório é um importante espaço de participação juvenil, onde se aborda uma diversidade de temáticas. Uma participação livre, sem censura e que contribui para entender o que a juventude pensa e construir uma democracia mais participativa.

Vale aqui salientar que o participatório não é um espaço exclusivo dos jovens, também convive políticos, pesquisadores e interessados de forma geral. Um espaço democrático, aberto a todo tipo de debate, troca de informação e construção democrática.

O espaço sem dúvida serve como instrumento de construção de uma democracia participativa, principalmente quando se trata do público juvenil as experiências são exitosas, porém ainda carece de uma organização no intuito de focar as ações e conseguir uma discussão mais profunda. O participatório ainda é recente e seus quase 10.000 membros demonstram que é uma ferramenta relevante, porém ainda está longe de atingir uma população significativa dos jovens do país.

Para otimizar a participação dos jovens sobre as temáticas prioritárias eleitas pelos mesmos, há uma necessidade de convergir forças para debates mais encorpados. A grande parte dos debates não contam com muitos comentários, as comunidades possuem grandes números de membros porém a participação não fica validada nos debates, em alguns momentos observa-se debates com o mesmo teor na mesma comunidade e um número de debates repetitivos se consideramos todas as comunidades. A própria plataforma defende esse tipo de procedimento como livre forma de expressão e dificulta ainda mais a análise e uma participação mais direcionada.



REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. Inf. Inf., Londrina, v. 12, n. esp., 2007.

AVELAR, Lucia: Participação política. In: AVELAR; CINTRA: Sistema político brasileiro: uma introdução. Konrad – Adenauer e UNESP. 2. ed. 2007.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.50, nº3, 2007, pp.443 a 464

BAQUERO, Marcello, BAQUERO, Rute. Novos Padrões de Participação Política dos Jovens na Democracia Brasileira? Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.8, p19-25, nov. 2012

CARRANO, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil 1: Considerações sobre estudos recentes. O Social Em Questão, 27, 83-99.

FARRANHA, A. C., AZEVEDO, Sandson B. Consórcio Nacional da Juventude e Terceiro Setor: Analisando o formato de intermediação de interesses e as possibilidades de construção de políticas públicas para os jovens. Bahia Análise & Dados, v. 21, p. 105-116, 2011.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista Famecos, Porto Alegre, v.27, 2005, p. 58-78.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008.

OPEN GOVERNMENT DIRECTIVE. Disponível em: <http://1.usa.gov/arNG2A> . Acesso em Dezembro de 2013.

PERONDI, M. O Observatório Juventudes PUCRS e as produções sobre as realidades juvenis. Texto apresentado no Congresso Mundial de Universidades Católicas – CMUC, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, na PUCMINAS, Belo Horizonte.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na Internet. Porto Alegre. Editora Sulina: 2009.

SANTANA, Camila L. S. Redes Sociais na Internet: Potencializando Interações Sociais. Disponível em: <http://www2.virtual.ufc.br/cybercultura/redes-sociais-na-internet-potencializando-intera%C3%A7%C3%B5es.aspx> UFC, 2007. Acesso em Fevereiro de 2014.



Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/>. Acesso em Acesso em Fevereiro de 2014.

SILVA, S. P. Democracia *online*: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica), realizado de 9 a 11 de dezembro de 2009, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na cidade de São Paulo.

Tomaél MI, Alcará AR, Chiara IGD. Das redes sociais à inovação. Ciênc Inf. 2005;34(2): 93-104.

AUTORIA

Sandson Barbosa Azevedo – Mestre em Ciência Política, especialista em Gestão Estratégica de recursos Humanos, graduado em Administração. Atualmente é Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Projeção.

Endereço eletrônico: sandson.azevedo@gmail.com

